



PEDIDO DE PROVIDÊNCIAS - CONSELHEIRO 0002231-44.2011.2.00.0000**Requerente:** Adriano Celestino Ribeiro Barros**Requerido:** Tribunal Regional Eleitoral da Bahia**Advogado(s):** BA023653 - Adriano Celestino Ribeiro Barros (REQUERENTE)

ACÓRDÃO

EMENTA: RECURSO ADMINISTRATIVO. INÉPCIA DA INICIAL. MATÉRIA JUDICIALIZADA. INCOMPETÊNCIA DO CNJ. ARQUIVAMENTO LIMINAR. IMPROVIMENTO.

1. A petição em que há incongruência entre os fundamentos apresentados e o pedido formulado, apresenta-se inepta, pois impossibilita saber-se qual é a efetiva pretensão que se quer tutelar, pelo que se impõe o indeferimento *in limine*.

2. Ainda que não reconhecida a inépcia da exordial, os fundamentos apresentados revelam a insatisfação quanto à distribuição relativa a exceção de suspeição suscitada em processo judicial, manifestada por meio da interposição de mandado de segurança e, em sequência, de agravo de instrumento, de modo que, com o pleito, tem-se o afã de que seja revisada decisão judicial, situação que não pode passar pelo patrulhamento do Conselho Nacional de Justiça. Precedentes do CNJ.

3. Decisão de arquivamento nos termos do artigo 25, incisos X, do Regimento Interno do Conselho Nacional de Justiça, mantida, com consequente improvimento da pretensão recursal.

RELATÓRIO

Trata-se de Recurso Administrativo com o qual o recorrente impugna decisão monocrática que indereiu, *in limine*, Pedido de Providências com pedido de liminar, proposto por Adriano Celestino Ribeiro Barros contra o Tribunal Regional Eleitoral do Estado da Bahia, por meio do qual pretendia:

4.1) que o Colendo Conselho Nacional de Justiça se digne de retirar esta atribuição da função judiciária de “distribuir ou não” as peças processuais, a fim de evitar tanta impunidade e abuso de poder;

4.1) na motivação que este Egrégio declare se a distribuição de exceções de incompetências é um ato vinculado ou discricionário da Justiça em “escolher” quais peças serão distribuídas. E caso este seja um caso isolado que tomem as providências administrativas e disciplinares para o vertente caso não se repita;

4.2) caso os pedidos acima não sejam deferidos por este Ilustre Conselho Nacional de Justiça, então pelo princípio da isonomia, já que não distribuíram as 2 (duas) exceções de incompetências nº 55.442/2010 e nº 55.443/2010 e julgaram o mandado de segurança nº 523722.2010.605.0000, o qual não poderiam julgar jamais. ENTÃO, A PARTIR DE AGORA VOSSAS EXCELÊNCIAS NÃO PERMITAM MAIS OS TRIBUNAIS DA

JUSTIÇA BRASILEIRA DISTRIBUÍREM PEÇAS JUDICIAIS PARA TODOS OS ADVOGADOS DO BRASIL! Pede deferimento, se existe e realmente estamos em um Estado Democrático de Direito no Brasil.

Na peça recursal, a parte requerente, em síntese, reiterou os termos da petição inicial, indeferida liminarmente, com acréscimo, apenas, de argumento quanto à competência deste Conselho Nacional de Justiça a, no âmbito administrativo, enfrentar aspectos referentes às Exceções de Incompetência nºs 55.442/2010 e nº 55.443/2010.

VOTO

1.Inépcia da inicial Matéria Judicializada. Incompetência do CNJ.

Cabe recorda, aqui em sede recursal, que o requerente alegou, na petição inicial, as Exceções de Incompetência nºs 55.442/2010 e nº 55.443/2010, ajuizadas no tribunal de origem, não foram distribuídas. Com o intuito de conferir suporte a sua pretensão, como fundamento, fez referência ao voto do Conselheiro Marcelo Nobre, exarado, na qualidade de relator, no Pedido de Providências nº 0002907-94.2008.2.00.0000, notadamente na parte em que ali se afirmou que *“não há qualquer dúvida de que a distribuição dos processos deva ser feita imediatamente após a entrada no protocolo do Tribunal, não havendo qualquer exceção a esta regra.”*

Apontou, naquela oportunidade, que mesmo sem a distribuição das referidas exceções, ainda assim, o Mandado de Segurança nº 523722.2010.605.0000, em trâmite no Tribunal Superior Eleitoral, teve prosseguimento e foi negado, através de decisão monocrática., o que ensejou a interposição de Agravo Regimental, o qual também foi indeferido, razão pela qual, no seu sentir, tais condutas ferem disposições do Código de Processo Civil, como o artigo 93, que trata da distribuição processual, o art. 265, que trata da suspensão do processo em virtude da exceção de incompetência, e o art. 306, que determina a suspensão do processo até que seja julgada a exceção.

Ora, como se vê, o pleito trazido a deslinde traz informações esparsas a respeito de ações judiciais que, no entender do ora recorrente, possuem vícios e contrariam dispositivos normativos que tratam do trâmite processual. Contudo, tudo é afirmado sem que sejam apresentadas maiores informações que comprovem os fatos alegados.

Pela análise da petição, percebe-se o distanciamento entre as argumentações apresentadas no decorrer da inicial e o pedido final formalizado, porquanto, apesar de se tratar de condutas em caso concreto, particular, o requerente solicita a retirada da função que o Poder Judiciário tem de distribuir as peças processuais.

Pelo exposto e em razão da nítida falta de encadeamento lógico na argumentação, vislumbra-se a ocorrência de inépcia da petição inicial, conforme o enunciado no artigo 295, *parágrafo único*, II, do Código de Processo Civil, aplicado subsidiariamente ao processo administrativo.

Não obstante a petição inicial ser considerada inepta, caso fosse considerada apta para análise, o pedido feito não encontraria amparo para ser recepcionado nesta Corte Administrativa, uma vez que, na realidade, pleiteia-se, por vias transversas, a atuação na atividade jurisdicional do Estado, o que lança o objeto deste Pedido de Providências fora dos lindes da competência desta Corte Administrativa.

Ademais, o próprio requerente embasa sua decisão nas Exceções de Incompetência nºs 55.442/2010 e nº 55.443/2010 e no Mandato de Segurança nº 523722.2010.605, revelando que a matéria encontra-se previamente judicializada, o que impede a atuação deste Conselho na esfera administrativa, a bem prestigiar a segurança jurídica, evitar a interferência na atividade jurisdicional do Estado e afastar o risco de decisões conflitantes, conforme os seguintes julgados:

Recurso Administrativo no Pedido de Providências. Matéria judicializada pela própria requerente, por meio de Mandado de Segurança. Segundo entendimento pacificado por este Conselho Nacional de Justiça, uma vez judicializada a questão, não cabe ao CNJ examiná-la, sob pena de, por vias transversas, imprimir ineficácia à decisão judicial ou esvaziar seu objeto. Recurso a que se nega provimento. (CNJ – PP 200810000002956 – Rel. Cons. Felipe Locke Cavalcanti – 62ª Sessão – j. 13.05.2008 – DJU 02.06.2008).

Procedimento de Controle Administrativo. Matéria Judicializada. Arquivamento monocrático. Recurso Administrativo. Negado provimento. *É pacífico o entendimento de que questões judicializadas não podem ser conhecidas no âmbito do Conselho Nacional de Justiça, independentemente da análise sobre a perda do objeto da ação judicial ainda em trâmite, incabível de ser realizada por este órgão administrativo.* Recurso que se nega provimento. (CNJ – PCA 200910000034834 – Rel. Cons. Morgana Richa – 94ª Sessão - j. 10/11/2009 – DJ- e nº 193/2009 em 12/11/2009 p. 10/11).

Procedimento de Controle Administrativo. Servidores do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Norte. Incorporação de Gratificação. Pagamento. Ação Judicial. Suposto descumprimento de decisão homologatória de Acordo. Celeuma já apreciada pelo Poder Judiciário. Matéria judicializada. Não-Conhecimento. Precedentes. *Nos termos de reiterada jurisprudência deste Conselho Nacional de Justiça, não pode a parte interessada fazer uso, a um só tempo, dos procedimentos administrativos assegurados pelo art. 103-B, § 4º da CF/88 perante o CNJ e dos meios judiciais tendentes a obter a coisa julgada definitiva no âmbito do Poder Judiciário* – PP 1400. Precedentes. Procedimento que não se conhece. Decisão unânime. (CNJ - PCA 200910000038750 – Rel. Cons. Jorge Hélio – 93ª Sessão – j. 27/10/2009 – DJU nº 209/2009 em 03/11/2009 p. 02).

Como se observa, os fundamentos apresentados revelam a insatisfação quanto à distribuição relativa a exceção de suspeição suscitada em processo judicial, manifestada por meio da interposição de mandado de segurança e, em sequência, de agravo de instrumento, de modo que, com o pleito, tem-se o afã de que seja revisada decisão judicial, situação que não pode passar pelo patrulhamento do Conselho Nacional de Justiça.

3. Conclusão

Em razão do exposto, nego provimento à pretensão recursal.

Intime-se. Arquite-se.

WALTER NUNES DA SILVA JÚNIOR
Conselheiro

Esse Documento foi Assinado Eletronicamente por WALTER NUNES DA SILVA JÚNIOR em 12 de Maio de 2011 às 16:28:16



Assinado eletronicamente por: **Processo Judicial Eletronico PJe 1.4.3**

30/03/2014 00:00:00

<https://www.cnj.jus.br:443/pjecnj/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam>

ID do documento: **188144**



11070617014600000000000187436